
UM CASO CHAMADO «O MEU CASO»: A IMPUREZA ESTÉTICA DO CINEMA DE OLIVEIRA

PEDRO BARBOSA

RESUMO

Considerações sobre a transcrição da peça «O meu caso», de José Régio, para o filme homónimo, em três andamentos, de Manoel de Oliveira – diálogos possíveis entre o teatro e o cinema.

ABSTRACT

Considerations about the transcription of the José Régio's play "My Case", into the homonym film, in three proceedings, of Manoel de Oliveira – possibles dialogues between the theatre and the cinema.

Integrada num "Congresso Internacional sobre Cinema, Literatura e Outras Artes" (UFP, 1999) presumia-se que esta comunicação analisasse um filme que, a meu ver, é um filme paradigmático por colocar em equação precisamente o cinema, de um lado, e o teatro, a literatura, a música, o bailado, a pintura, do outro. Enfim, todas as artes. Trata-se do filme «O Meu Caso»; quer dizer, "O Meu Caso" de Oliveira, que é de 1986, mas também "O Meu Caso" de Régio, que é de 1957, e que se calhar é "O meu caso" de todos nós, desde sempre. O "nosso caso", portanto.

Por várias razões, entre as quais o tempo disponível, não vai ser possível fazer o que seria desejável: analisar a peça de teatro na sua trans-criação cinematográfica.

Achei contudo preferível, mesmo assim, poder evocar aqui um filme que pelo seu carácter experimental, e *experimentado*, é essencialmente um filme meta-cinematográfico. Capaz de interrogar todo o fazer cinema. Mais: ele resume perfeitamente o diálogo possível entre as artes, tema deste Congresso.

A obra de Manoel de Oliveira é uma obra que suscita reacções contraditórias: há filmes dele de cujo universo me sinto excluído e que nada me dizem, outros

UM CASO CHAMADO «O MEU CASO»...

há que me assombra de modo quase numinoso. O filme «O Meu Caso» é exactamente um caso desses. E a primeira razão porque não apresento comunicação tem a ver com a dificuldade que sempre senti em falar das coisas que muito aprecio. Não sei como lhes hei-de pegar, há tanto para dizer que logo vem o engarrafamento de ideias que leva à paralisia verbal e à desistência do dizer. E por essa via somos remetidos ao silêncio.

12

Em segundo lugar porque falar de «O Meu Caso» se tornava difícil já que ia ter de utilizar palavras para me reportar a dois referentes ausentes: o teatro de Régio e o filme de Oliveira, que é a sua recriação cinematográfica em três andamentos sinfónicos - um *allegro moderato*, que é a representação da peça de Régio propriamente dita em jeito de teatro filmado (excluída a teatralidade do texto que não podia obviamente passar para o cinema), um *allegretto* em modo de cinema mudo, que é a quase repetição das mesmas imagens sobrepostas ao silêncio, ou a um texto desviante de Beckett, ou a uma banda sonora invertida, e um larguíssimo *andante com moto*, verdadeiramente apocalíptico, onde as trágicas imagens da nossa actualidade tele-jornalística (de fome, de guerra, destruição, poluição) se misturam com a mais pujante (ou punjente) encenação de um Juízo Final onde a voz de Deus fala aos humanos através das palavras, em primeiro plano sonoro, da Bíblia e em particular do Livro de Job.

O primeiro andamento será, certamente o caso de Régio, o segundo será talvez o caso de Oliveira, e o terceiro andamento é seguramente o caso de todos nós: ou de toda a humanidade julgada pela sua obra de dois milénios. Mas como este filme é porventura o menos visto da obra de Oliveira, e o menos citado, e tão pouco citado que nem consta de muitas das suas filmografias, eis a razão porque decidi estar presente: só para fazer uma pergunta. Já que aqui se encontram tantos especialistas de cinema, e o próprio Manoel de Oliveira em pessoa, que explicação poderá ser dada para que este filme, quanto a mim o mais interessante do Autor, tenha sido tão ostensivamente esquecido, para não dizer elidido, pela crítica nacional e estrangeira?

Se alguém nesta sala puder dar uma razão satisfatória para este estranho fenómeno, darei já por justificada a minha presença física e a minha ausência de comunicação...

Mas dizia que para me ser possível fazer a comunicação prevista iria precisar, quando muito, de preparar um pequeno compacto com imagens do filme e eventualmente extractos da peça, seu ponto de partida (ou antes, seu *leit-motif*) para que as palavras que teria a dizer não caíssem no vazio. Isso foi-me impossível, por motivos bem concretos, entre eles a falta de tempo e também a dificuldade pessoal de não saber como organizar em 20 minutos um discurso sobre estes dois referentes ausentes - o teatro e o cinema - ou

mesmo três, porque a literatura (de Beckett à Bíblia) também está presente na textura complexa do filme.

E aqui irrompe o enigma do meu fascínio por esta película. O cinema de Manoel de Oliveira vai exactamente ao contrário das minhas opções pessoais de teatro, de cinema e mesmo de literatura. Para mim, teatro não é cinema, e o cinema não é literatura nem é teatro. No entanto, por declarações de Manoel de Oliveira, na sua modéstia habitual (não sei se com alguma ironia), ficamos a saber que o cinema é apenas uma "ilustração da literatura" e que ele faz cinema por não saber escrever. É claro que nós não acreditamos nisso. Mas, quando me apercebo de que as minhas idiossincrasias estéticas, enquanto espectador, são o oposto das dele, que neste filme faz uma amálgama complexa entre a linguagem teatral, a cinematográfica e a literatura, então eu pergunto-me: como é possível que este filme me surpreenda e me fascine de cada vez que o revejo? Era justamente a análise do filme que eu gostaria de fazer para tentar clarificar este enigma. E é isso que não vou fazer - do que peço desculpa - mas se calhar também não iria encontrar nenhuma explicação plausível.

Em todo o caso diria certamente que os anos 70 foram marcados por uma estética da separação entre as linguagens, cada uma procurando a sua especificidade: o teatro buscando a teatralidade, a literatura a sua literariedade, o cinema a sua cinematicidade. Podemos falar de uma era da "especificidade estética", da "pureza discursiva", ou da sua busca. Daí que o velho "teatro filmado" fosse um erro de contágio semiótico a evitar.

Ora de Manoel de Oliveira ouvimos coisas como estas: «O cinema é moderno desde que nasceu; o teatro tem a idade do mundo»; ou: «O cinema não existe; quer dizer, o cinema não existe como forma autónoma, independente, de expressão artística ou cultural»; ou: «O cinema não é uma arte, mas um processo audiovisual de fixação da cultura. Todas as manifestações culturais cabem no cinema, com a vantagem ou a desvantagem de se arrumarem em latas. Claro que o teatro é muito mais vivo, mais directo.»; ou ainda: «O que reúne a pintura, a arquitectura, a escultura, é o teatro - o teatro contém tudo. Dá voz à palavra, cria a imagem (com máscara ou sem máscara), cria o movimento. O cinema não faz mais nada, não adianta nada. O cinema não existe, o que existe é o teatro! O cinema existe como processo audiovisual de fixação: o cinema fixa o teatro!»

Perante estas afirmações, à luz da estética cinematográfica contemporânea, parece que Manoel de Oliveira, que tem quase a idade do cinema, e que sempre fez cinema, acaba por negar o cinema. Ou que parou na fase do antigo "teatro filmado", ou que não conseguiu entender o cinema posterior. Paradoxal, no mínimo. A verdade é que em «O Meu Caso» temos o testemunho de uma obra exemplar que questiona as relações entre o teatro

e o cinema: o diálogo possível entre a representação teatral e o ecrã - hoje tão na ordem do dia. E isto, porventura, será uma razão entre muitas das que fazem deste filme um filme tão moderno. Se calhar, pós-moderno?

14

Não esqueçamos que vivemos hoje, via informática, a era do multimédia e da intersemiose, vivemos na era da Babel dos discursos, na época da "miscigenação estética", da interdiscursividade, da indefinição estética e da "estética do fragmento". E porventura é isso que faz a contemporaneidade da obra de Manoel de Oliveira. Atravessando durante tanto tempo a evolução da linguagem cinematográfica, e resistindo à onda dos divórcios estéticos que a sua extensa produção criadora soube atravessar, ele encontra-se de novo na crista da modernidade com o seu peculiar "teatro filmado" ou a sua "literatura em imagens". Se depois de Artaud e de Grotowski o teatro enveredou por um caminho que se poderia resumir assim: "eu, teatro, não sou cinema nem sou literatura", hoje, passados 30 anos, vivemos o refluxo deste fluxo. E sintomático não deixa de ser o título, irónico sem dúvida, de um espectáculo ainda há um mês em cartaz na sala-estúdio do Teatro Nacional de Lisboa: «O TEATRO É PURO CINEMA!»! Só que, neste caso, o caso de Zuñiga, Álvaro Garcia de Zuñiga, o diálogo entre o teatro e as imagens situavam-se do **lado de cá**, do lado do espectáculo, o caso de Oliveira transpõe o ecrã e instala-se do **lado de lá**, do lado do discurso cinematográfico.

Com alguma ironia distorsora, como é próprio de todas as ironias, poderíamos então acrescentar talvez ao filme «O Meu Caso» epítetos como: "o cinema é puro teatro", ou "o cinema é pura literatura", ou "o cinema é pura pintura", ou "o cinema é pura música sinfónica". Mais correcto seria ainda substituir o adjectivo "pura" por "impura". Assim: "o cinema é literatura impura", "o cinema é teatro impuro", e por aí adiante. Chegamos então à pura "estética da impureza". À "estética do inespecífico". E talvez ao enigma deste filme e ao seu fascínio irresistível, à sua suprema completude, à sua pós-modernidade multidiscursiva. Atravessamos hoje a época da IMPUREZA ESTÉTICA.

Apetecia-me muito, confesso, se fosse capaz, de ter aqui o tempo e os meios para analisar este filme magistral. Talvez o filme mais provocador de Manoel de Oliveira E sobretudo a capacidade transcriadora que o levou da pequena peça teatral de José Régio à monumental sinfonia cinematográfica que é o seu filme. Para mim, na qualidade de espectador, bastaria que M.O. tivesse feito este filme para merecer o lugar que tem na história do cinema português. Não precisava de ter feito todos os outros - e tantos são (alguns mesmo com reconhecidas propriedades dormitivas). Este filme, que é um filme-dentro-do-filme, que é teatro-dentro-do-cinema, que é cinema-dentro-do-teatro, e tudo dentro do cinema, inclusive a palavra ou o silêncio, a música e a pintura, a dança ou a escultura, este filme, dizia, questiona o diálogo possível entre as artes. Todas as artes. Falando de nós, do nosso mundo, do nosso Caso. Este filme, realizado em França em 1986 («Mon Cas», 1986),

salvo erro, repensa num misticismo sinfónico todo o Milénio. A nossa era apocalíptica.

Repito, a terminar: estas palavras não pretendem ser uma comunicação em jeito de litote, falando de uma coisa através da sua negação. De facto não era isto o que eu gostaria de dizer. Mas se calhar, sem querer, acabei por concretizar, aqui e agora, e uma vez mais, o tema de Régio incarnado naquela angustiante personagem do espectador que sobe ao palco apenas para tentar dizer o indizível - coisa que, obviamente, não consegue. Até porque ninguém o quer ouvir.

(Comunicação apresentada ao Congresso Internacional «Literatura, Cinema e Outras Artes», realizado na Universidade Fernando Pessoa, entre 31 de Maio e 2 de Junho de 1999).